

Maria Miguel Carvalho é Doutora em Direito e Professora na Escola de Direito da Universidade do Minho (EDUM).

Tem participado em diversos cursos de pós-graduação e de formação avançada, eventos científicos e publicações, nacionais e internacionais, sobretudo no domínio da Propriedade Intelectual e das sociedades comerciais.

Diretora do JusGov (Centro de Investigação em Justiça e Governação da Escola de Direito da Universidade do Minho).

Investigadora integrada do grupo de investigação E-Tec (Estado, Empresa e Tecnologia) que integra o JusGov. Membro da equipa de investigadores do projeto «Derecho de Marcas e Inteligencia Artificial (MARIA)» (IR Rafael García Perez – Universidade da Corunha/Espanha).

Subdiretora da Revista de Direito Intelectual.

Integra a Comissão Científica da Revista Scientia Iuridica e é avaliadora externa, entre outras, da revista Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor (do Instituto de Direito Industrial da Universidade de Santiago de Compostela).

Algumas publicações científicas ou de carácter profissional: *Merchandising* de marcas (A comercialização do valor sugestivo das marcas), Almedina, Coimbra, 2003; A marca enganosa, Almedina, Coimbra, 2010; «Breves notas sobre a transposição para a ordem jurídica portuguesa da nova diretiva europeia sobre marcas», in: AA.VV., *Nuevas tendencias en el Derecho de la Competencia y de la Propiedad Industrial II*, (Dir. Anxo Tato Plaza, Julio Costas Comesaña, Pablo Fernández Carballo-Calero, Francisco Torres Pérez), Editorial Comares, 2019, ISBN 978-84-9045-802-0, pp. 299-314; «El procedimiento de solicitud de protección de las obtenciones vegetales en la Unión Europea», in: *Derecho de las Obtenciones Vegetales* (Dir. Ángel García Vidal), Valencia, Tirant Lo Blanch, 2017, pp. 471-504; «A proteção jurídica da cor única como marca no âmbito da indústria da moda – breves notas a propósito dos casos da «sola lacada a cor vermelha», in: *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor* (Espanha), vol. XXXIV, 2013-2014, pp. 137-152; «A marca de prestígio à luz da jurisprudência comunitária», in: *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor* (Espanha), vol. XXXIII, 2012-2013, pp. 357-372; «A semelhança concetual das marcas: comentário da Sentença do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 20 de novembro de 2014, no caso «Golden Balls v. Ballon d'Or», in: *Revista de Direito Intelectual*, n.º1/2016, pp.257-274.